

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano II - N° 186 - Brasília, segunda-feira, 18 de março de 1996

Projeto autoriza a aplicação de reservas em infra-estrutura

Júlio Campos propõe que parte dos US\$ 50 bilhões que o Brasil tem investidos em títulos estrangeiros seja aplicada em programas que impulsionem a economia

Patrocínio defende escola de co-gestão

A escola de co-gestão - em que o governo cede o prédio e os professores, enquanto os conselhos de pais e mestres gerenciam o estabelecimento e definem a estratégia pedagógica - está sendo defendida pelo senador Carlos Patrocínio em proposta de emenda à Constituição.

Página 8

Parte das reservas cambiais brasileiras, em poder do Banco Central, poderá ser aplicada em projetos de infra-estrutura econômica, se aprovado projeto apresentado pelo senador Júlio Campos (PFL-MT). Esses recursos giram em torno de US\$ 50 bilhões e, conforme o senador, a aplicação de 10% dessa quantia em infra-estrutura significaria quintuplicar o volume previsto para este ano em investimentos públicos.

Júlio Campos explicou que não existe uma legislação específica que discipline a aplicação das reservas cambiais do país, distribuídas em depósitos a prazo fixo em instituições internacionais de primeira linha, em títulos governamentais americanos e alemães, em moedas fortes e em ouro.

O projeto não determina o limite máximo de aplica-



Júlio Campos quer legislação para uso de reservas cambiais

ção das reservas cambiais no financiamento de obras de infra-estrutura. Caberá ao Conselho Monetário Nacional decidir o momento em que o governo poderá recorrer às reservas cambiais. Uma resolução do Senado determina que as reservas nunca poderão ficar menores que o gasto em importações médias durante quatro meses (atualmente, cerca de US\$ 16 bilhões nos quatro meses).

Em meados de 93, quan-

do as reservas cambiais brasileiras começaram a crescer, o deputado Delfim Netto sugeriu sua utilização no financiamento de infra-estrutura, provocando uma grande polêmica dentro do governo e entre economistas independentes. Na época, a direção do Banco Central argumentou que não existia nenhuma legislação que permitisse o uso das reservas cambiais no financiamento de projetos internos.

Tebet diz que o essencial são as reformas

Página 3



Renan Calheiros preside Comissão de Orçamento

Comissão de Orçamento vota amanhã o Plano Plurianual

A Comissão Mista de Orçamento, presidida pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL), reúne-se amanhã (terça-feira), às 17h, para discutir e votar o parecer do relator-geral, deputado Iberê Ferreira (RN), ao Plano Plurianual para o período de 1996/1999.

Nesta quarta-feira (dia 20), a comissão estará reunida a partir das 10h para discussão e votação do parecer à proposta de lei orçamentária para este ano. As reuniões serão no Plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados.

Arruda pede aprovação do Código de Trânsito

Senador lembra que milhares de pessoas estão morrendo por causa da violência no trânsito, que pode ser combatida com a nova legislação

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) pediu na sexta-feira a imediata aprovação do novo Código Nacional de Trânsito, porque os acidentes continuam fazendo vítimas e não se tomam providências. "O crime não é punido e o acidente é subestimado", afirmou o senador. Para ele, embora não constitua um destaque na agenda política, o código tem sido cobrado por toda população brasileira.

- A sensação que tenho é a de que estamos surdos. O Senado não está conseguindo ouvir o clamor da população. O acidente de trânsito

continua matando e nada se faz. Estamos pecando pela omissão. E a mídia tem colocado o Senado como culpado pela não-aprovação do código - destacou.

O senador disse que não fazia no seu pronunciamento nenhuma crítica à Comissão Especial de Trânsito, mas é necessário que todos os senadores se preocupem com o assunto, uma vez que milhares de pessoas estão morrendo em consequência da violência no trânsito. A impunidade, a falta de educação e a imperícia precisam ser combatidas, assinalou José Roberto Arruda.

- O que me angustia é que

o novo código já tem medidas que vão aprimorar a educação no trânsito e punir os responsáveis. Tenho certeza de que a votação vai trazer melhoria e modernizar o código.

A imperícia precisa ser combatida - afirmou o senador.

Arruda citou a escola pública de trânsito do Detran de Brasília como uma opção para treinar e educar o motorista. Segundo as estatísticas, os motoristas que



José Roberto Arruda

frequentaram a instituição tiveram índices baixos de multas e acidentes.

Os senadores Sebastião Rocha (PDT-AP), José Fogaça (PMDB-RS) e Carlos Patrocínio (PFL-TO) foram solidários ao discurso de José Roberto Arruda.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Não Deliberativa do Senado

Previsão dos trabalhos para a semana

PLENÁRIO

Terça-feira (19.03.96)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: Discussão em turno suplementar dos *Substitutos do Senado ao *PLC nº 137/92, que dispõe sobre a obrigatoriedade da fabricação de tratores e máquinas agrícolas com estrutura de proteção contra capotagem e outros equipamentos de segurança, e dá outras providências; ao *PLC nº 116/94, que dispõe sobre bebidas; ao *PLS nº 71/93, que cria o programa de Crédito Rural Equivalência-Produto; ao *PLS nº 5/95-Complementar, que acrescenta parágrafo ao art. 38 da Lei nº 4.595/64, para excluir do benefício do sigilo bancário as pessoas que menciona; *PLS nº 79/95, que dispõe sobre a distribuição dos recursos do salário-educação, e dá outras providências (tramitando em conjunto com o PLS nº 80/95); e *PLS nº 80/95, que dispõe sobre a partilha e a liberação dos recursos provenientes do salário-educação (tramitando em conjunto com o PLS nº 79/95).

Quarta-feira (20.03.96)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversos PDLs renovando a concessão para explorar serviço de rádio; *Mensagem nº 343/95, submetendo à deliberação do Senado o nome do diplomata Jorge Santarelli Júnior, para cumulativamente com a função de embaixador do Brasil junto ao Senegal, exercer as funções de embaixador do Brasil junto à Mauritânia e Gâmbia; *Mensagem nº 117/96, submetendo à deliberação do Senado o nome do diplomata Renato Prado Guimarães, para exercer a função de embaixador do Brasil junto à Austrália, e cumulativamente em Nova Zelândia, Papua-Nova

Guiné e Vanuatu.

Quinta-feira (21.03.96)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: Discussão em turno único dos *PLCs nº 58/93, que dispõe sobre o reconhecimento das provas de rodeio e da profissão de peão de rodeios; 96/94, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o abono salarial, institui o Fundo de Amparo do Trabalhador - FAT, e dá outras providências; e do *PLS nº 5/92, que estabelece normas para o aproveitamento econômico dos manguezais, em conformidade com o estabelecido no art. 225, § 4º, da Constituição Federal, na Lei nº 7.661/88, que institui o Gerenciamento Costeiro e na Lei nº 6.938/81, que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente.

COMISSÕES

Terça-feira (19.03.96)

10h - Comissão Mista destinada a examinar o veto ao PLC nº 29/95, que acrescenta dispositivos à Lei nº 2.604/95, que regula o exercício da enfermagem profissional estabelecendo limite para a jornada de trabalho.

Pauta: Eleição do presidente, do vice-presidente e escolha do relator. Local: Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho.

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: A ser definida. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h - Comissão Mista de Orçamento

Pauta: Discussão e votação do parecer ao Plano Plurianual para o período de 1996/1999. Local: Plenário II, do Anexo II, da Câmara dos Deputados.

Quarta-feira (20.03.96)

10h - Comissão Mista de Orçamento

Pauta: Discussão e votação do parecer do relator-geral à Proposta Orçamentária para 96. Local: Plenário II, do Anexo II, da Câmara dos Deputados

Tebet diz que o essencial são as reformas na Constituição

Mudanças a serem promovidas nas áreas tributária, previdenciária e administrativa correspondem ao que sociedade precisa, afirma senador

A determinação do presidente da República em procurar, por meio das reformas constitucionais que estão tramitando no Congresso, solucionar problemas urgentes do país, a curto e a médio prazos, foi ressaltada na sexta-feira pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS). "As reformas tributária, previdenciária e administrativa que serão discutidas a partir da próxima semana, estas sim, correspondem ao que a sociedade realmente anseia", frisou o senador.

Tebet referiu-se às acusações feitas no Japão pelo governador do Ceará, Tasso Jereissati, contra o presidente do Senado, José Sarney, e disse que o episódio foi superado no decorrer da semana, principalmente, pelas manifestações de apoio a Sarney por parte da maioria dos senadores.



Tebet: recuperação econômica corrigirá antigas mazelas sociais

No entender do senador, o Brasil caminha para sua recuperação econômica, o que possibilitará a resolução de antigas mazelas sociais, "embora reconhecendo que há setores que precisam de socorro urgente como o dos trabalhadores rurais, produtores e pequenos empresários". Tebet acrescentou que a redução das taxas de juros ainda não foi sentida pelos segmentos básicos da nos-

sa economia.

O senador Lauro Campos (PT-DF), em aparte, contestou a visão de Ramez Tebet, lembrando que a economia do país continua voltada para a política dos banqueiros. Por sua vez, José Fogaça (PMDB-RS) desafiou a imprensa a pressionar a sociedade no sentido de que os "verdadeiros donos do dinheiro sejam punidos".



Roberto Freire

Freire anuncia proposta para a Previdência

O líder do PPS, senador Roberto Freire (PE), anunciou sexta-feira que está recolhendo assinaturas para apresentar uma proposta de emenda constitucional que trata da reforma da Previdência Social. O senador informou que sua proposta resgata a idéia original do governo, que, conforme disse, previa uma Previdência básica e única para todos os trabalhadores, "independente de ser parlamentar, servidor público, civil ou militar".

Segundo Roberto Freire, o Senado precisa iniciar uma discussão séria sobre a reforma previdenciária, que considera uma das mais importantes do Estado brasileiro: "Não só pela sua abrangência, que é a de toda a cidadania, mas também pela necessidade que tem na correção das distorções e dos equívocos que ela, hoje, mantém, inclusive na questão de concentração de renda e manutenção de privilégios".

Dizendo-se convicto de que a proposta de sua iniciativa propiciará um novo rumo à discussão, Freire apontou o Senado como um instrumento desse novo curso dos debates em torno da reforma da Previdência. "Até porque - justificou - seria bom para todos nós sairmos da nossa inércia e da subalternidade de discutirmos reformas sempre depois da decisão da Câmara dos Deputados, baseados sempre no argumento de que não podemos mudar porque a matéria volta à Câmara".

Senado terá transmissões de rádio

As atividades dos senadores no plenário e nas comissões serão transmitidas para todo o país, das 9 às 21h30, via satélite, pela televisão a cabo e pelo rádio, em sistema digital. Dois contratos nesse sentido foram assinados sexta-feira pelo diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, e o superintendente da Embratel, Paulo Roberto Gonçalves Ribeiro.

As transmissões de rádio, pelo satélite Radiosat, foram iniciadas há duas semanas, e as de televisão, pelo Brasilsat, começam dentro de 20 a 30 dias, prazo necessário para a entra-



Os dirigentes do Senado e da Embratel assinam contratos

da em operação do equipamento transponder.

O satélite distribuirá para todo o Brasil o sinal, que poderá ser captado por antena parabólica, e também estará disponível para os assinan-

tes de TV a cabo - são mais de 70 operadoras funcionando no país. Em cada localidade, um canal será reservado para as transmissões do Senado. No caso da rede Net, será o canal 45.

CRISE NO SISTEMA FINANCEIRO

Lauro quer apurar erros na fiscalização do BC

Segundo o senador, as falhas admitidas pelo próprio presidente da instituição ensejaram a ocorrência de vultosas fraudes e crimes financeiros, descobertos nos casos Nacional e Econômico



Eduardo Suplicy

Suplicy dá apoio a artigo de Sarney

"CPI não é catástrofe", artigo publicado sexta-feira pelo presidente do Senado, José Sarney, no jornal *Folha de S. Paulo*, recebeu apoio entusiasmado do senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Para ele, trata-se de opinião de "extraordinária importância na vida do país".

Suplicy salientou particularmente os dois parágrafos de conclusão do artigo, lidos por ele na íntegra: "O Senado vai fazer trabalho sério e essa história de enunciar a catástrofe não é verdadeira. CPI não atrapalha nada quando conduzida com responsabilidade, como o Congresso sempre fez. O Real está consolidado, não depende dela."

"Quem desestabiliza o sistema financeiro são os consultores do Banco Central vazando informações de quebradeira e lá espalham que o sistema está podre".

O senador Lauro Campos (PT-DF) criticou a força e a influência da "bancocracia" brasileira, ao mesmo tempo em que defendeu a urgente instalação da CPI dos bancos e pediu uma investigação rigorosa sobre os "erros" cometidos pelo Banco Central na fiscalização do sistema financeiro. Segundo o senador, as falhas admitidas pelo próprio presidente da instituição ensejaram a ocorrência de vultosas fraudes e crimes financeiros, como comprovado após as intervenções nos bancos Econômico e Nacional.

O senador brasileiro acusou o presidente do BC, Gustavo Loyola, de ser um "mestre da contradição". Do pronunciamento feito no Senado no último dia 5, Lauro Campos extraiu duas afirmações de Loyola para



Lauro Campos faz críticas à "bancocracia"

atestar sua acusação: ao mesmo tempo em que o presidente do Banco Central reconhecia ter havido "erros e falhas" nas ações de fiscalização do órgão, ele destacava que o sistema de fiscalização do Banco Central brasileiro é "um dos melhores do mundo".

A onda de quebras e intervenções no sistema financeiro foi classificada como "estranha" por Lauro Campos, que criticou a concen-

tração de bancos no país. Enquanto os Estados Unidos possuem 12 mil bancos, o Brasil tem pouco mais de 230, dos quais 33 submetidos a diversas modalidades de intervenção pelo BC. O parlamentar considera que a CPI dos bancos será uma grande oportunidade para fazer uma radiografia do setor e flagrar exemplos eloquentes das falhas e fraudes praticadas nesse segmento da economia nacional.

Amorim apóia interpretação sobre funcionamento da CPI

O senador Ernandes Amorim (PMDB-RO) destacou sexta-feira que a CPI dos bancos pode ser instalada com maioria de parlamentares indicados pelos partidos. Ele considerou que esse foi o entendimento do presidente do Senado, José Sarney, e elogiou-o por sua coerência.

O senador lembrou que a instalação da CPI das mineradoras passou por problema idêntico. Segundo ele, a CPI foi criada sem a



Ernandes Amorim

assinatura dos parlamentares do PSDB, cujo líder tam-

bém não indicou nomes para compô-la. Isso não impediu o funcionamento da CPI, da qual o PSDB acabou participando.

Ernandes Amorim também registrou seu repúdio ao *Jornal do Brasil*, por noticiário em que ele consta como "réu em 29 processos criminais em Rondônia" e "escudeiro de Sarney".

- Não respondo a nenhum processo e o *JB* é quem está respondendo a queixa-crime movida por mim - afirmou.

CRISE NO SISTEMA FINANCEIRO

Para Fogaça, é dever do presidente do Senado decidir sobre a CPI

Segundo senador, omissão do Regimento Interno obriga Sarney a tomar decisão no caso de não serem indicados todos os membros da comissão

O senador José Fogaça (PMDB-RS) considera que diante da omissão do Regimento Interno quanto ao funcionamento, ou não, da CPI dos bancos sem que todos os partidos indiquem seus membros caberá ao presidente do Senado, José Sarney, decidir sobre o destino da Comissão.

Fogaça entende que em casos de omissão do Regimento, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania poderá assegurar a Sarney o direito de decidir, mas não ela própria decidir sobre a questão, o que caracterizaria um atropelo ao Regimento.

- Não é possível revo-



José Fogaça: mais do que o direito, é dever decidir

garmos um princípio de autoridade que é da tradição do Senado. No caso, deve ser garantido ao presidente, mais do que o direito, o dever institucional de decidir essa questão de ordem. Caso a decisão do presidente desagrade, caberá ao plenário recorrer

- disse José Fogaça.

Em aparte, o senador Ernandes Amorim (PMDB-RO) lembrou que a CPI da Mineração, criada por sua iniciativa, funcionou mesmo sem que todos os partidos tivessem indicado seus representantes junto a ela.

Informática do Senado impressiona

A informatização da atividade parlamentar, desenvolvida pelo Senado Federal, por intermédio do Prodasen, impressionou os participantes do Congresso Ibero-americano de Direito e Informática, realizado no período de 4 a 9 deste mês em Cuba. A informação é do diretor executivo do Prodasen, Marco Antônio Reys, que, representando a área de informática do Senado no evento, fez exposição sobre o assunto para os delegados de 22 países participantes.

Juristas, parlamentares, assessores legislativos e técnicos dos outros países mostraram-se particularmente fascinados, segundo explicou Reys, pelo funcionamento do VIP - Voz e Imagem do Plenário - e pela edição diária do noticiário divulgado pelo *Jornal do Senado*, TV Senado e demais veículos coordenados pela Secretaria de Comunicação Social.

CONSULTAS

- Por ser o Brasil o país mais avançado na área de informática legislativa entre os latino-americanos e europeus, esse tema despertou um interesse extraordinário no encontro -, disse Marcos Reys. - Recebemos várias consultas sobre a possibilidade de acordos de colaboração técnica e devemos realizar diversos trabalhos.

Entre as promessas de formalização de pedidos junto ao Senado brasileiro está o da edição em CD-Rom de um trabalho de consolidação das constituições latino-americanas, organizada por pesquisadores cubanos e italianos, com o patrocínio da Unesco.

Rocha afirma que funcionamento da comissão só depende de 13 membros

Dizendo-se convencido de que o presidente do Senado, José Sarney, é a favor da CPI dos bancos, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) fez um apelo no sentido de que as lideranças



Sebastião Rocha condenou ataques a Sarney

dos partidos indiquem logo seus representantes para que os trabalhos da Comissão sejam inicia-

dos. Sebastião Rocha condenou os ataques feitos no decorrer desta sema-

na ao senador Sarney e considerou que se tratam de pressões inúteis. "A essa altura, podemos afirmar que se tivermos maioria de um total de 13 membros a CPI poderá ser instalada, conforme interpretação do próprio presidente do Senado, ao responder a uma questão de ordem levantada na véspera pelo senador José Eduardo Dutra", ressaltou Sebastião Rocha.

Maldaner defende nova lei para drogas

Repressão deve tornar-se mais leve para usuário e mais rigorosa para o traficante, segundo senador, que pede também amplo debate sobre o problema

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu sexta-feira uma nova lei de entorpecentes, intermediária entre as propostas que defendem e as que são contra a liberação da maconha, conforme assinalou. Maldaner apóia o projeto, já aprovado por comissão especial da Câmara dos Deputados no final do ano passado, determinando que o usuário da erva não mais seria tratado como criminoso, e, em caso de ser flagrado, a punição se daria na forma de trabalhos prestados à comunidade durante o período de dois meses.



Casildo Maldaner: usuário não deve ser tratado como criminoso

Na mesma proposta apoiada por Maldaner, a pena para o tráfico seria endurecida, com limite de pena elevado para seis anos. O projeto es-

tabelece também que não constituiria crime plantar, guardar ou consumir pequena quantidade de maconha. A quantidade para separar usu-

ário de traficante seria definida pelo Ministério da Saúde, acrescentou o senador.

Maldaner elogiou o papel desempenhado pelo jornal *Correio Braziliense* no sentido de informar a população do Distrito Federal, com reportagens e fóruns de debates sobre o assunto, que aquele órgão de imprensa vem realizando.

Casildo Maldaner defendeu também o envolvimento da sociedade num debate sem preconceitos sobre a questão, para que seus representantes no Congresso saibam como se posicionar sobre a matéria.

Valmir propõe que despesas com idosos carentes sejam deduzidas de imposto

Os contribuintes que mantiverem até três idosos absolutamente carentes, propiciando a permanência deles na própria família, poderão designá-los como dependentes na declaração do Imposto de Renda, se aprovado projeto apresentado pelo senador Valmir Campelo (PTB-DF).



Valmir Campelo: medida para proteger idosos

ais "cumpram seu dever de cidadania" adotando até três idosos carentes, provendo-lhes os recursos para a saúde, a alimentação e o vestuário, "dando às suas famílias condições de mantê-los sem sacrifícios adicionais".

Valmir Campelo entende que o projeto de sua autoria servirá de estímulo a esse tipo de iniciativa em favor dos

idosos, já que possibilitará a dedução de parte das despesas no imposto devido sobre a renda. "É bom lembrar que os menores carentes e os incapazes já figuram como parte integrante da relação de dependentes, sendo as despesas que acarretam já admitidas nas deduções", disse o senador, defendendo a semelhança entre as duas situações.

Aviso

A Secretaria de Comunicação Social informa aos senhores senadores, diretores e chefes de gabinetes que o serviço noticioso da CMA será desativado no final deste mês. O serviço de agência de notícias do Brasil e do mundo continuará disponível para o Senado, em tempo real, pela Agência Estado. A Secretaria de Comunicação Social está ainda em fase adiantada de negociação de fornecimento direto de notícias ao Senado com as Agências Globo, JB, e Folha de São Paulo, sem a necessidade de quaisquer intermediários. Lembremos também aos senhores usuários que através da Internet é possível o acesso aos principais jornais, revistas e agências de notícias nacionais e internacionais, com extrema facilidade e a qualquer hora do dia ou da noite.

Ademir cobra investimento em transporte no Pará

Senador critica presidente Fernando Henrique por não cumprir promessas, feitas na campanha, como a de asfaltar a Transamazônica e a rodovia Santarém-Cuiabá

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) anunciou ter enviado ao ministro dos Transportes, Odacir Klein, um ofício solicitando informações urgentes sobre os recursos que aquele ministério deveria aplicar em favor do seu estado. São investimentos previstos para conservação preventiva e emergencial de estradas como a rodovia Transamazônica, a BR-222/PA Marabá-Dom Eliseu, a BR-163/PA Santarém-Rurópolis, a BR-153/PA São Geraldo do Araguaia-Marabá e a construção da hidrovía Araguaia-Tocantins.

O parlamentar quer saber se os recursos para essas obras já estão disponíveis no Ministério dos Transportes e no DNER, qual sua programação de utilização e se já foram realizados processos licitatórios

para serem executadas. Uma de suas preocupações é saber se já estão destinados recursos para a reconstrução do trecho Itaituba-Jacareacanga, na rodovia BR-230, que está intratável há mais de dez anos.

Ademir criticou o presidente Fernando Henrique Cardoso por não cumprir promessas de campanha feitas em comícios realizados no Pará. Conforme Ademir Andrade, o presidente prometeu ao povo paraense que asfaltaria a Transamazônica e a rodovia Santarém-Cuiabá, garantindo também que levaria a energia elétrica de Tucuruí até o oeste daquele estado. Ele acrescentou que o atual governador do Pará fez campanha eleitoral amparado nessas promessas.

VETO

Conforme o senador, em



Ademir acha que, se não é de FHC, desatenção com Norte é de Serra

1995, parlamentares da região conseguiram destinar R\$ 33 milhões para investimentos em obras de infra-estrutura no Pará, mas o ministro do Planejamento, José Serra, vetou os recursos. No Orçamento Suplementar, esses parlamentares conseguiram novamente colocar R\$ 44 milhões, mas

até agora esses recursos não foram enviados ao Pará.

"Faço esse registro lamentando a desatenção do presidente da República com a região Norte. Se não é dele a desatenção, é do ministro do Planejamento, José Serra", queixou-se ainda Ademir Andrade.

Teotônio: centro de pesquisa em Xingó ajuda Nordeste a conviver com drama da seca

A idéia de se transformar em pólo de desenvolvimento a vila implantada para dar suporte à construção da hidrelétrica de Xingó foi aplaudida pelo senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) que vê, na iniciativa, a possibilidade concreta do aproveitamento desse "investimento pronto e acabado" em favor do desenvolvimento regional. Conforme explicou, com esse objetivo está sendo estruturada a Fundação Desenvolvimento de Xingó, sob a coordenação da Sudene e com o apoio dos governos de Alagoas e Sergipe.

Teotônio Vilela disse que a cidade, "uma custosa infraestrutura, representando investimentos de mais de R\$ 170 milhões", estaria conde-



Teotônio Vilela Filho

nada à ociosidade, agora que as obras da usina chegam ao fim.

Segundo Teotônio Vilela, o projeto em andamento

atende às recomendações da CPI da Seca, que presidiu em 1987, contemplando atividades de pesquisa científica, educação profissionalizante e estímulo à economia do semi-árido, com tecnologia apropriada. Para o senador, a educação e a pesquisa científica voltadas para a convivência com as condições locais são a saída para reverter o quadro de miséria existente, a exemplo do que ocorreu em outras regiões semi-áridas do mundo.

EFICIÊNCIA

Teotônio Vilela acredita que o projeto de utilização da Vila de Xingó poderá atrair investimentos internacionais, já que demonstra, na prática, um Estado eficiente e inovador que, sem fugir às suas res-

ponsabilidades, se alia à iniciativa privada na retomada do desenvolvimento. Das providências já em curso, o senador destacou a negociação com o Ministério da Educação para a implantação de uma unidade descentralizada da Escola Técnica Federal de Alagoas, a proposta de um programa de treinamento e reciclagem pedagógica pela Universidade Federal de Alagoas e a criação de extensão acadêmica em agronomia pela Universidade Federal de Sergipe. Além disso, conforme explicou, está sendo organizado um centro para irrigantes, com o apoio da Codvasf, e já foram iniciados estudos sobre o desenvolvimento do turismo e da piscicultura na região.

Patrocínio quer parceria para manter escola

Senador defende a aprovação de emenda à Constituição que prevê aliança entre governo e comunidade para enfrentar os graves problemas educacionais no país



Leomar Quintanilha

Quintanilha aplaude projeto japonês no Tocantins

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) considera vital para a economia do estado do Tocantins a assinatura de contrato entre os governos do Brasil e do Japão, através do qual serão empregados US\$ 70 milhões no programa binacional Prodecer III, destinado ao desenvolvimento do cerrado.

Além de introduzir tecnologia avançada numa agricultura na qual a figura do camponês e sua enxada sempre foram os principais elementos, o Prodecer III viabilizará, segundo Leomar Quintanilha, a inserção de 20 mil hectares de terras no processo produtivo.

Quintanilha destacou o empenho do governador Siqueira Campos para o êxito do contrato, mas lamentou que, apesar de existirem 20 programas similares no Brasil, apenas ao estado do Tocantins foi exigida uma contrapartida de 50% pelos riscos dos recursos.

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) defendeu a sua proposta de emenda à Constituição para criar a escola de co-gestão, como alternativa para



Patrocínio citou exemplo do Paraná

enfrentar os graves problemas educacionais no país. A Constituição permite apenas o ensino público, gratuito, e o privado, pago. Patrocínio quer uma escola intermediária, onde haveria uma parceria entre o governo e a comunidade.

- O governo cede o prédio e os professores. Os conselhos de pais e mestres gerenciam a es-

cola e definem as estratégias pedagógicas.

Ele informou que uma experiência realizada no município

paranaense de Maringá obteve sucesso e foi inclusive elogiada pela Unicef. No entanto, por inexistir na Constituição a escola "mista", quem combatia a experiência argumentava que a Constituição proíbe "não só a contratação de serviços dos setores básicos (como saúde e educação), como também a transferência de verbas públi-

cas para entidades privadas".

O relator da emenda é o senador Darcy Ribeiro. Segundo Carlos Patrocínio, sua proposta procura solucionar as dificuldades do setor educacional brasileiro, abrindo espaço para que uma parte das famílias de classe média, que não consegue mais pagar escola privada, possa oferecer um ensino de melhor qualidade aos seus filhos.

Entre as vantagens da mudança constitucional, o senador citou a ampliação da oferta de vagas sem onerar o governo, redução das despesas da comunidade com educação e a participação dos pais na gestão da escola, incluindo de forma responsável na educação dos filhos.

Suplicy: municípios adotam programa de renda mínima

O fato de seu projeto de garantia de renda mínima para as famílias carentes, que inicialmente não tinha apoio entusiasmado nem no PT, estar no centro dos debates em torno das eleições municipais deste ano foi celebrado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Ele informou que por todo o Brasil avançam iniciativas inspiradas no projeto, inclusive em Blumenau, que deverá ser o primeiro município de Santa Catarina a adotar esse programa.

Suplicy criticou o fato de

que o governo nada faz para aplicar o programa em todo o país e contou que o presidente Fernando Henrique Cardoso é simpático à idéia, o que não acontece com dona Ruth Cardoso, que preside o Programa Comunidade Solidária.

Certo de que a miséria está na base dos crimes mais violentos, Suplicy recomendou que o presidente da República mude um pouco sua trajetória ou que pelo menos seus ministros dialoguem com os necessitados.

Suplicy afirma que o presidente não pode contentar-se simplesmente com o relatório do Ipea, o qual atesta que a renda do brasileiro melhorou nos últimos dois anos.

Em aparte, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) informou que, na semana passada, o presidente o chamou para discutir o assunto, a fim de que ele se torne uma proposta nacional. A idéia é fazer uma bolsa-escola na base de uma parceria entre governo federal e municípios.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalma Lima e Edson de Almeida
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Mância Kalume e Adílio Nascimento ■ Revisão: Sorália F. do Carmo ■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.